ISSN: 2358-8829

FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESCUTA, CONTEXTUALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB

Débora Wanderley Cavalcanti [1]
Josicleide Alves de Melo [2]
Késia Matos de Melo [3]
Monalisa de Castro Santos [4]
Waleska Alves Cavalcanti [5]

INTRODUÇÃO

Para além do multidimensionalismo do sujeito humano, somos sujeitos sócio-históricos. Essa historicidade inerente ao humano é o que torna-nos inacabados dentro de uma realidade histórica igualmente inconclusa (FREIRE, 1994, p. 42). Por sua dimensão social, este encontra-se necessariamente em movimento de busca e autoconstrução com outros sujeitos e não tão somente em sua individualidade (idem, p. 43).

O educador, compreendendo tal característica sobre si e sobre o outro - o educando - não priva-se do diálogo com este para o ato mútuo de construção e reconstrução contínua. Sendo assim, considera-se o educador também um educando, e o educando, um educador, dentro da educação que se refaz constantemente na práxis (ibidem). A partir dessa perspectiva dialógica, a garantia de espaços formativos consolida-se não apenas como uma diretriz pedagógica, mas como um direito profissional assegurado por normatizações que estruturam a educação nacional. No âmbito federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº

[1] Pós-Graduada em Ludopedagogia e Psicopedagogia Clínica e Institucional e Supervisão Educacional pela FAVENI, debywand@gmail.com;
[2] Pós-graduada em Psicopedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; josyaomelo@gmail.com ;
[3] Pós-Graduada em Psicopedagogia pela FACUMINAS, kesia.melo32@gmail.com;
[4] Pós-graduada em Educação Infantil pela UNICORP Faculdades, mona.lisa.castro@hotmail.com;
[5] Pós-graduada em Psicopedagogia pela Faculdade UNOPAR, waleskaacavalcanti@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

9.394/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apontam a valorização dos profissionais e a formação continuada como eixos fundamentais para a qualidade do ensino. Em consonância com esse panorama, a Rede Municipal de Campina Grande materializa tais preceitos por meio de seu arcabouço jurídico, destacando-se a Lei Complementar Municipal nº 078/2013, a qual aponta que:

> Art. 18-A. A jornada de trabalho dos profissionais do magistério público municipal é de 30 (trinta) horas, sendo 20 (vinte) horas de efetivo exercício em sala de aula e *10 (dez) horas de atividades extraclasse.*
> § 1º As 10 (dez) horas de atividades extraclasse serão distribuídas em *05 (cinco) horas semanais de natureza individual fora da ambiência escolar e 05 (cinco) horas de atividades departamentais, cumpridas na(s) unidade(s) educacional(is) em que o profissional atua ou onde o professor está fazendo formação.*
> § 2º Consideram-se *atividades extraclasse de natureza individual* aquelas relativas à preparação e avaliação de trabalho didático, à elaboração e correção das atividades, ao planejamento individual para atuação de assessoramento técnico pedagógico entre outras.
> § 3º Consideram-se *atividades extraclasse de natureza departamental* aquelas inerentes ao planejamento escolar e educacional, à *formação continuada*, à articulação com a comunidade escolar e social ou outras atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico das unidades educacionais (NR). (*grifo nosso*).

É sob essa égide legal e conceitual que a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) tem estruturado, no recorte temporal entre 2022 e 2026, políticas públicas voltadas à qualificação docente, articulando formações descentralizadas, o programa ProLEEI e o acompanhamento pedagógico sistemático na Educação Infantil, sendo tal estruturação apresentada no presente artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Formação continuada, escuta docente e desenvolvimento profissional

A formação continuada integra o desenvolvimento profissional docente como processo permanente de estudo, reflexão e reconstrução dos saberes mobilizados no cotidiano educativo. Para García (1999), esse desenvolvimento ultrapassa a participação em cursos isolados e se relaciona às experiências, às necessidades dos professores e aos contextos institucionais em que atuam. Libâneo (2008), por sua vez, permite compreender que a formação precisa estar articulada à organização do trabalho pedagógico, ao planejamento e às finalidades educativas. Em diálogo com esses autores, Freire (1996) destaca a reflexão crítica sobre a prática e a abertura ao diálogo como condições para que a experiência profissional se transforme em conhecimento e aprendizagem.

ISSN: 2358-8829

Nessa perspectiva, a escuta docente constitui princípio para a construção de propostas formativas contextualizadas. Reconhecer os professores como sujeitos que interpretam a realidade, identificam desafios e produzem saberes implica considerar suas demandas no planejamento das formações. A escuta, contudo, não se limita ao registro de opiniões: requer analisar as questões apresentadas e relacioná-las aos objetivos educacionais, às discussões coletivas e às estratégias de acompanhamento pedagógico. Assim, os encontros podem constituir espaços de estudo, compartilhamento de experiências e construção coletiva de alternativas para as situações vivenciadas nas unidades.

Formação continuada e especificidades da Educação Infantil

Na Educação Infantil, a formação continuada deve considerar as concepções de criança, infância, currículo e prática pedagógica que orientam o trabalho em creches e pré-escolas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos e estabelecem as interações e a brincadeira como eixos norteadores das práticas. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), por sua vez, apresenta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências como referências para a organização curricular.

A apropriação desses documentos exige oportunidades de estudo que favoreçam a reflexão sobre as intencionalidades pedagógicas, os tempos e espaços, os materiais, a observação das crianças e a organização de experiências que articulem cuidado, educação, interações e brincadeiras. Desse modo, a formação não deve se restringir à apresentação de atividades ou recursos, mas aprofundar os conhecimentos necessários à garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, considerando as condições concretas de atuação dos profissionais.

Política de formação continuada e acompanhamento pedagógico

A formação continuada também se insere nas políticas de valorização dos profissionais da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 — atribui aos entes federados a responsabilidade pela promoção da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. No âmbito municipal, a legislação sobre a jornada e as atividades extraclasse constitui referência para compreender as condições institucionais destinadas, entre outras atividades, à formação continuada.

O acompanhamento pedagógico pode conferir continuidade a esse processo quando promove observação, diálogo e reflexão sobre as práticas desenvolvidas nas

unidades. Em perspectiva formativa, permite identificar questões que demandam aprofundamento, retomar conhecimentos discutidos nos encontros e aproximá-los das situações concretas do cotidiano. Portanto, a análise de uma política de formação não deve considerar apenas a quantidade de encontros ou participantes, mas também a articulação entre demandas docentes, planejamento, registros institucionais e acompanhamento do trabalho pedagógico. Essas dimensões orientam a análise das ações desenvolvidas pela Rede Municipal de Campina Grande-PB.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, fundamentado na análise das ações de formação continuada e de acompanhamento pedagógico desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) de Campina Grande-PB, no âmbito da Educação Infantil. Adota-se como recorte temporal o período de 2022 a 2026, com o propósito de sistematizar as iniciativas identificadas, compreender suas formas de organização e analisar sua relação com os princípios de valorização profissional e desenvolvimento docente.

A análise toma como referência os marcos normativos que orientam a formação continuada dos profissionais da educação pública, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996 — e a Lei Federal nº 14.817/2024, que estabelece normas de valorização dos profissionais da educação básica pública. Considera-se, ainda, a legislação municipal pertinente à jornada e às atividades extraclasse dos educadores, bem como os documentos institucionais relacionados às ações formativas da rede.

A organização das ações formativas fundamenta-se em uma dinâmica de articulação entre acompanhamento pedagógico, identificação de demandas e planejamento das formações. Nesse processo, os assessores de monitoramento realizam visitas às unidades de Educação Infantil, buscando conhecer seus desafios, dúvidas, necessidades e sugestões. As informações identificadas são compartilhadas com a equipe de formadores pedagógicos e com as coordenações de creches e pré-escolas, subsidiando o planejamento de propostas formativas contextualizadas. Essa dinâmica busca aproximar as formações das situações vivenciadas pelos profissionais em seu

ISSN: 2358-8829

cotidiano de trabalho, estabelecendo uma relação entre a escuta das unidades educativas e a organização das ações promovidas pela SEDUC.

As formações continuadas são promovidas, em geral, mensalmente, com diferentes configurações de público, conforme os objetivos e as necessidades identificadas. Em determinados momentos, reúnem conjuntamente os profissionais da rede; em outros, são organizadas para grupos específicos, como técnicos pedagogos (supervisores pedagógicos), professores e gestores. Também são realizadas formações destinadas separadamente aos profissionais que atuam nos diferentes grupos etários da Educação Infantil, distinguindo-se os docentes de berçários e maternais daqueles que atuam na pré-escola, nos grupos Pré I e Pré II. Essa organização permite considerar as especificidades das práticas pedagógicas desenvolvidas em cada faixa etária e as atribuições dos diferentes profissionais envolvidos no trabalho educativo.

Entre as estratégias adotadas, destacam-se as formações descentralizadas, estruturadas a partir da atuação dos técnicos pedagogos das unidades educacionais. Inicialmente, a equipe da Gerência de Educação Infantil realiza uma formação destinada a esses profissionais, acompanhada da disponibilização dos materiais formativos e de um cronograma para a realização dos encontros nas unidades. Posteriormente, os técnicos pedagogos replicam as formações aos professores de suas respectivas instituições, seguindo o calendário estabelecido institucionalmente. Na zona urbana, os encontros ocorrem de segunda a quinta-feira, em uma semana previamente definida, após o expediente vespertino. Nas unidades da zona rural, as formações são realizadas no sábado pela manhã. Essa estratégia favorece a descentralização das ações, ampliando as possibilidades de participação dos profissionais e de circulação dos conhecimentos construídos no âmbito da rede municipal e a institucionalização do técnico pedagogo enquanto formador dos educadores de sua unidade.

Outra iniciativa contemplada neste estudo é o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI), desenvolvido na rede municipal mediante a seleção e a participação de 12 formadores municipais em processos formativos conduzidos por formadores estaduais. Esse grupo é composto por professores, supervisores educacionais e gestores da pré-escola com vínculo efetivo no município. Após participarem dessa etapa de formação, os formadores municipais passam a atuar na multiplicação das ações formativas junto aos profissionais da Educação Infantil que trabalham com a pré-escola.

ISSN: 2358-8829

A organização dessas formações ocorre em dez unidades educacionais, que funcionam como polos de atendimento aos profissionais da rede, por meio de um sistema de agrupamento ou nucleação. Nesse modelo, a unidade-sede recebe os profissionais das instituições circunvizinhas pertencentes ao mesmo núcleo regional, favorecendo a organização dos encontros formativos e a articulação entre as unidades que integram cada território educacional.

No caso dos dois formadores responsáveis pelos núcleos que abrangem as unidades da zona rural, as formações são realizadas nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, no Anexo da SEDUC e no auditório do Centro Profissional Antônio de Carvalho Souza (CEPACS). Essa organização articula a formação conduzida pelas instâncias estaduais à atuação dos formadores municipais e à participação dos profissionais da rede, contribuindo para a circulação e a apropriação dos conhecimentos e das orientações relacionados à leitura e à escrita na Educação Infantil.

As ações formativas também compreendem a realização de eventos institucionais com a participação de palestrantes externos à rede municipal e a apresentação de práticas pedagógicas inspiradoras por parte dos educadores das unidades municipais. Entre esses eventos, destacam-se o Simpósio da Educação Infantil, anteriormente vinculado ao Simpósio da Educação Municipal e, em 2026, integrado ao Simpósio Integrado da Educação; o Seminário Municipal de Educação, com duração de três dias e programação específica dedicada à Educação Infantil em um deles; e a Jornada Pedagógica do programa municipal Campina de A a Z, que abrange a pré-escola, a partir do Pré I, e os anos iniciais do Ensino Fundamental até o 2º ano. A Jornada Pedagógica ocorre no primeiro dia do segundo semestre letivo, após o recesso escolar de junho, e contempla palestras e socialização de práticas pedagógicas, especialmente aquelas desenvolvidas por professores dos diferentes grupos etários.

A definição das temáticas desses eventos considera as necessidades identificadas entre os profissionais da rede municipal. No caso das práticas inspiradoras, os profissionais interessados submetem suas propostas à SEDUC, que realiza uma seleção criteriosa. As propostas selecionadas passam por reuniões preparatórias com a equipe técnico-pedagógica da Gerência de Educação Infantil, responsável pela organização dos eventos. Esse processo busca assegurar a pertinência das experiências compartilhadas e a valorização do trabalho dos profissionais da educação que garantem os direitos das crianças.

ISSN: 2358-8829

Quanto aos formatos de realização, as formações podem ocorrer presencialmente ou a distância. As transmissões pelo YouTube são utilizadas em atividades destinadas a públicos numerosos, como professores ou conjuntos mais amplos de profissionais da rede. O Google Meet, por sua vez, é empregado em encontros direcionados a grupos menores, como técnicos pedagogos, gestores ou duplas gestoras, organizados conforme a lotação e as atribuições dos participantes, incluindo as equipes vinculadas às creches e às escolas. A escolha dos recursos e formatos considera, portanto, a dimensão do público, os objetivos pedagógicos e as características da atividade proposta.

No desenvolvimento das formações, são utilizados recursos digitais e diferentes ambientes de comunicação e interação, selecionados conforme a finalidade da atividade e o público participante. O Canva é empregado na elaboração de apresentações e materiais visuais; o Genially, na construção de apresentações interativas e tutoriais voltados, entre outras finalidades, à orientação sobre documentos da rede municipal; e o Padlet, na promoção da participação e da interação dos educadores durante as formações presenciais. No período de 2022 e 2023, o Wordwall também foi utilizado para a elaboração de jogos digitais educativos, tanto em formações remotas quanto presenciais.

O Acompanhamento Pedagógico nas Creches e Pré-Escolas como estratégia formativa dos educadores

Em fevereiro de 2026, a Gerência de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande-PB iniciou uma ação sistemática de acompanhamento pedagógico das unidades educacionais, conduzida por duas assessoras, sendo uma responsável pelas creches e outra pelas escolas que ofertam a pré-escola. Desde então, são realizadas, em média, três visitas semanais, cuja seleção considera necessidades previamente observadas, solicitações dos profissionais da rede e demandas identificadas pela equipe, podendo uma mesma unidade receber duas ou mais visitas, conforme a situação apresentada. A iniciativa fundamenta-se na compreensão do acompanhamento pedagógico como processo de observação, diálogo, orientação e encaminhamento, voltado à reflexão sobre as práticas e à qualificação do trabalho educativo. Essa perspectiva encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2009, cujo artigo 10 prevê procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do

ISSN: 2358-8829

desenvolvimento das crianças, com destaque para a observação das atividades, brincadeiras e interações cotidianas (BRASIL, 2009).

O procedimento das visitas compreende o agendamento prévio com a gestão da unidade, buscando assegurar a presença do gestor e do técnico pedagógico que compõem a dupla gestora, bem como a solicitação de transporte à Gerência de Transportes da SEDUC. No local, realiza-se inicialmente uma conversa com a dupla gestora, seguida de visitas às turmas para observação das práticas e dos ambientes, com breves diálogos com os professores sempre que possível. Posteriormente, a equipe reúne-se novamente com a dupla gestora para discutir as observações, preencher um instrumento específico para creches ou pré-escolas, registrar aspectos particulares da unidade e estabelecer encaminhamentos pedagógicos destinados aos educadores. O instrumento contempla aspectos comuns passíveis de observação nas unidades, sem desconsiderar suas singularidades, e é assinado pelos reunidos. Ao final, o registro é encaminhado à equipe técnico-pedagógica da Gerência de Educação Infantil para análise e possíveis deliberações por meio do sistema 1Doc.

Essa organização aproxima-se da perspectiva dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*, publicação que contempla o acompanhamento pedagógico e o apoio das Secretarias de Educação às equipes das unidades como aspectos relevantes para a qualidade do atendimento (AÇÃO EDUCATIVA et al., 2026). Assim, o acompanhamento constitui uma estratégia de aproximação entre a gestão central e as instituições, permitindo sistematizar demandas, orientar os profissionais e subsidiar decisões pedagógicas e administrativas.

Portal MAPEI como estratégia de apoio pedagógico e formação continuada

Entre as estratégias desenvolvidas pela Equipe Técnico-Pedagógica da Gerência de Educação Infantil, destaca-se o Portal MAPEI — Material de Apoio Pedagógico da Educação Infantil –, concebido para ampliar o acesso dos profissionais aos documentos orientadores e aos materiais pedagógicos utilizados na rede municipal.

Sua trajetória teve início em 2024, quando os materiais eram organizados em um arquivo interativo compartilhado por meio de link, sendo este chamado apenas de MAPEI. Embora essa primeira versão possibilitasse a reunião e o compartilhamento dos conteúdos de maneira direta aos professores e técnicos pedagogos (tendo em vista que os arquivos eram e são enviados pela plataforma 1doc na qual apenas os gestores

ISSN: 2358-8829

educacionais possuem acesso), apresentava limitações relacionadas à experiência de navegação e à apresentação dos materiais. Entre essas dificuldades observadas e, também, apresentadas pelos profissionais das unidades, estavam a inadequação do formato de das páginas à tela do computador, que comprometia sua visualização; a menor atratividade visual e as restrições para transitar com agilidade entre diferentes seções e páginas.

Diante dessas limitações, ao longo do ano de 2025, o material foi reorganizado e transformado em um site, renomeando-se como Portal MAPEI, buscando proporcionar uma navegação mais dinâmica e fluida, uma apresentação visual mais adequada e maior facilidade de acesso aos conteúdos. Em 2026, o portal foi, então, disponibilizado aos professores, técnicos pedagógicos e gestores das creches e escolas com Educação Infantil, ampliando o alcance dessa estratégia de apoio pedagógico.

O Portal MAPEI reúne documentos utilizados na Educação Infantil do município, registros de vivências pedagógicas, tutoriais e materiais de apoio ao trabalho dos profissionais. Entre seus conteúdos, encontram-se orientações para a análise das sondagens de escrita, que são realizadas especificamente com turmas de Pré II e fundamentadas na perspectiva da Psicogênese da Escrita, realizadas no âmbito do programa Campina de A a Z, e das sondagens de conhecimentos lógico-matemáticos. Também são disponibilizados materiais utilizados nas formações continuadas mensais, organizados de acordo com os diferentes profissionais da Educação Infantil.

Para fins de análise, as ações descritas são organizadas em eixos relacionados ao acompanhamento pedagógico e à identificação de demandas; às formações mensais e à organização dos grupos profissionais; à descentralização das ações formativas; à implementação do ProLEEI; à realização de eventos e à socialização de práticas inspiradoras; e à utilização de recursos digitais e ambientes virtuais de aprendizagem. Esses eixos permitem sistematizar as diferentes estratégias adotadas pela Gerência de Educação Infantil e examinar como se articulam na organização da política de formação continuada da rede municipal.

A análise considera, assim, a formação continuada como um processo que envolve diferentes profissionais, espaços e estratégias, buscando compreender as relações entre o acompanhamento das unidades educativas, o planejamento das ações e a circulação dos conhecimentos pedagógicos. A sistematização dessas iniciativas constitui a base para a discussão de suas características, possibilidades e desafios no

ISSN: 2358-8829

contexto da Educação Infantil da Rede Municipal de Campina Grande-PB, no período investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados referentes ao quantitativo de docentes da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB e a participação nas ações de formação continuada, no período de 2022 a 2025, permite observar o crescimento do número de profissionais e a ampliação do contingente de participantes dessas ações através dos dados disponibilizados no Censo Escolar de tais anos. Em 2022, a rede contabilizava 756 docentes, dos quais 416 participaram das formações continuadas, correspondendo a aproximadamente 55,03% desse total. Em 2023, o quantitativo de docentes passou para 911, com 554 participantes, elevando a proporção para 60,81%. Em 2024, foram registrados 997 docentes e 604 participantes, o equivalente a 60,58%. Já em 2025, o total alcançou 1.053 docentes, dos quais 625 participaram das ações formativas, correspondendo a 59,35%.

Os dados evidenciam uma ampliação do número absoluto de participantes ao longo do período analisado: de 416, em 2022, para 625, em 2025, o que representa um aumento de aproximadamente 50,2%. No mesmo intervalo, o quantitativo total de docentes cresceu cerca de 39,3%, passando de 756 para 1.053 profissionais. Em termos proporcionais, a participação apresentou crescimento entre 2022 e 2023, quando atingiu seu maior percentual no período (60,81%), mantendo-se próxima desse patamar em 2024 e registrando uma redução em 2025, quando chegou a 59,35%. Portanto, embora o número de participantes tenha aumentado continuamente, a proporção em relação ao total de docentes não apresentou crescimento contínuo.

Essa distinção entre crescimento absoluto e participação proporcional é relevante para a análise das políticas de formação continuada. O aumento do número de participantes indica que um contingente maior de profissionais foi alcançado pelas ações formativas ao longo do período. Entretanto, a oscilação dos percentuais demonstra que a ampliação do público participante não acompanhou, em todos os anos, o crescimento do quantitativo de docentes na mesma proporção. Esse resultado reforça a importância de acompanhar não apenas o número de profissionais participantes, mas também a abrangência das formações em relação ao conjunto de docentes da rede,

ISSN: 2358-8829

considerando as características de organização, oferta e participação nas diferentes ações formativas.

Para além dos dados quantitativos de participação, as observações realizadas pela equipe de acompanhamento pedagógico durante as visitas às unidades educacionais, bem como os atendimentos individuais aos professores na sala da equipe técnico-pedagógica da Educação Infantil da Gerência de Educação Infantil (GEINF/SEDUC), apontam para a ampla utilização do Portal MAPEI pelos profissionais da rede. Nessas interações, tem sido possível observar que o portal facilita o acesso aos documentos orientadores da Educação Infantil municipal, aos materiais utilizados nas formações continuadas, aos tutoriais e às vivências pedagógicas disponibilizadas. Essa percepção, decorrente da atuação cotidiana da equipe junto aos profissionais, evidencia a relevância do ambiente digital como recurso de apoio ao trabalho pedagógico e de circulação dos conhecimentos produzidos pela Gerência.

A utilização do Portal MAPEI e do Acompanhamento Pedagógico realizado pela Equipe de mesmo nome estabelece, assim, uma articulação entre os encontros formativos e as demandas que emergem do cotidiano das unidades. Ao reunir em um único ambiente documentos, orientações e materiais de estudo, o portal amplia as possibilidades de consulta e retomada dos conteúdos abordados nas formações, favorecendo sua utilização no planejamento e na reflexão sobre as práticas pedagógicas. Desse modo, a formação continuada não se restringe aos momentos presenciais ou remotos organizados pela SEDUC, mas passa a contar também com um recurso digital de consulta permanente, que pode apoiar os profissionais na compreensão e na aplicação das orientações da rede.

Em conjunto, os resultados apresentados indicam que a política de formação continuada da Educação Infantil de Campina Grande se estrutura por meio de diferentes estratégias complementares: encontros formativos mensais, formações descentralizadas, participação no ProLEEI, eventos de socialização de práticas, disponibilização de materiais no Portal MAPEI e acompanhamento pedagógico das unidades educacionais. Enquanto os dados quantitativos permitem dimensionar a participação dos docentes nas formações entre 2022 e 2025, as observações decorrentes do acompanhamento e dos atendimentos pedagógicos ao longo também de 2026 contribuem para compreender como os recursos e as orientações da GEINF circulam e são acessados pelos profissionais.

ISSN: 2358-8829

A análise evidencia, portanto, a importância de compreender a formação continuada como um processo que articula estudo, diálogo, orientação e apoio ao trabalho pedagógico. A integração entre as ações formativas, os recursos digitais e o acompanhamento das unidades cria possibilidades de aproximação entre as orientações da gestão central e as necessidades identificadas nas instituições. Ao mesmo tempo, os dados apresentados apontam para a necessidade de manter o acompanhamento da abrangência das formações e de aprofundar a análise sobre a participação dos profissionais, a utilização dos materiais disponibilizados e suas possíveis relações com as práticas pedagógicas. Tais aspectos constituem dimensões relevantes para o aperfeiçoamento contínuo das ações desenvolvidas pela Gerência de Educação Infantil e para o fortalecimento de uma política de formação contextualizada, articulada às especificidades da Educação Infantil e às demandas da rede municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar as ações de formação continuada e acompanhamento pedagógico desenvolvidas pela Gerência de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande-PB, evidenciando a articulação entre as necessidades dos profissionais, as estratégias formativas e o apoio ao trabalho pedagógico nas instituições. Os dados de 2022 a 2025 demonstraram o crescimento do número de docentes participantes das formações, embora a proporção em relação ao total de profissionais tenha apresentado oscilações, indicando a importância de continuar ampliando o alcance dessas ações.

Iniciativas como as formações mensais e descentralizadas, o ProLEEI, os eventos pedagógicos, o Portal MAPEI e o acompanhamento pedagógico das unidades expressam o esforço de construir uma formação contextualizada, que ultrapasse a transmissão de orientações e favoreça o diálogo com as realidades vivenciadas pelos profissionais. Nesse contexto, a escuta das demandas, a disponibilização de materiais de apoio e os encaminhamentos decorrentes das visitas constituem estratégias de aproximação entre a Gerência de Educação Infantil e as unidades educacionais.

Conclui-se que o fortalecimento da formação continuada na Educação Infantil requer a articulação permanente entre reflexão teórica, práticas pedagógicas,

acompanhamento institucional e valorização dos saberes dos profissionais. Embora as evidências analisadas permitam caracterizar as ações desenvolvidas e sua abrangência, ainda é necessário aprofundar a investigação sobre seus efeitos nas práticas docentes e nas experiências de aprendizagem das crianças. Assim, o estudo contribui para a reflexão sobre a importância de políticas formativas contínuas, colaborativas e sensíveis às especificidades da Educação Infantil, reafirmando a necessidade de aprimoramento permanente das ações desenvolvidas na rede municipal.

Palavras-chave: Formação continuada; Campina Grande; educação pública; educação infantil; valorização do docente.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; BRASIL. Ministério da Educação; FUNDAÇÃO ITAÚ; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Indicadores da Qualidade na Educação Infantil: versão atualizada 2026. Brasília, DF, 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/indicadores-de-qualidade-da-educacao-infantil-atualizado. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14817.htm. Acesso em: 1 out. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 23 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI). Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/proleei. Acesso em: 23 out. 2026.

CAMPINA GRANDE (PB). Lei Complementar nº 78, de 22 de novembro de 2013. Dispõe sobre a nova jornada de trabalho dos professores da Rede Municipal de Ensino e revoga a Lei Complementar nº 057, de 28 de julho de 2011, e dá outras providências. Campina Grande, PB, 2013. Disponível em: https://sapl.campinagrande.pb.leg.br/norma/8615. Acesso em: 23 out. 2026.

CAMPINA GRANDE (PB). Prefeitura Municipal. Seduc lança Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil em Campina Grande. Campina Grande, 25 fev. 2026. Disponível em: https://campinagrande.pb.gov.br/seduc-lanca-programa-de-leitura-e-escrita-na-educacao-infantil-em-campina-grande/. Acesso em: 23 out. 2026.

CAMPINA GRANDE (PB). Secretaria Municipal de Educação. Gerência de Educação Infantil. Portal MAPEI: Material de Apoio Pedagógico da Educação Infantil. Campina Grande, PB, [s. d.]. Disponível em: https://sites.google.com/edu.campinagrande.pb.gov.br/portalmapeicg/in%C3%ADcio.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 23ª reimpressão, 1994.

GARCÍA, Carlos Marcelo. Formação de professores: para uma mudança educativa. Tradução de Isabel Narciso. Porto: Porto Editora, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Estatísticas do Censo Escolar da Educação Básica. Brasília, DF: INEP, [s. d.]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWIyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 23 out. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Qualidade e equidade na educação infantil: princípios, normatização e políticas públicas. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/innocenti/relatorios/qualidade-e-equidade-na-educacao-infantil-2024. Acesso em: 23 out. 2026.